

Entidades emitirão carteirinha

Jorge Cardoso

As entidades estudantis reconquistaram ontem, em votação na Câmara Legislativa, o monopólio da emissão de carteiras de estudante.

Foi aprovado, em sessão extraordinária, o projeto do deputado Miquéias Paz (PC do B) acabando com o direito de as escolas públicas e particulares emitirem as carteiras, que permitem o pagamento da meia entrada em cinemas e teatros.

A meia entrada foi instituída em 3 de dezembro de 1991, graças a aprovação de uma lei de autoria do então deputado distrital Agnelo Queiroz (PC do B).

As carteiras dos universitários eram emitidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e as dos secundaristas por entidades estaduais.

Em 1993, uma nova lei, do deputado Aroldo Satake (PP), quebrou o monopólio das entidades e estendeu o direito de emissão às escolas públicas e particulares.

Protesto — A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb) reclamaram.

As entidades — que vivem do dinheiro arrecadado com as carteiras — alegaram que o objetivo da medida era enfraquecer o movimento estudantil, desmobilizando os alunos.

Miquéias Paz, que tem nos estudantes sua base eleitoral, apresentou o projeto que devolvia o monopólio às entidades.

Agora, só a UNE, os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), a Ubes e a Umesb poderão entregar as carteirinhas.

Para ter a carteirinha, cada estudante pagará 7,5 Ufirs, o equivalente hoje a R\$ 5,70. Elas terão validade de um ano, mas precisarão ser autenticadas mensalmente.



Fernando Gusmão (D), presidente da UNE, discutiu com distritais o projeto das carteiras de estudante